

Contribuições para a agenda
de políticas educacionais do

RIO GRANDE DO SUL



INTRODUÇÃO

Este breve material tem como objetivo apresentar algumas contribuições para a agenda de políticas educacionais do Rio Grande do Sul, no contexto do início da gestão 2023-2026. Ele é composto por duas seções:



1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE EDUARDO LEITE

Aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha do governador eleito, observando o programa de governo, discurso e redes sociais.



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Traz contribuições para a agenda educacional do Rio Grande do Sul, a partir das recomendações prioritárias elencadas no documento Educação Já 2022¹.

¹ O documento “Educação Já 2022: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira” apresenta recomendações de políticas educacionais para as gestões estaduais e federal eleitas em 2022. Ele foi construído com a colaboração de dezenas de especialistas e organizações que atuam no campo educacional e pode ser acessado em: <https://todospelaeducacao.org.br/iniciativa-educacao-ja/>

1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE EDUARDO LEITE



A partir de uma leitura do plano de governo da candidatura do governador eleito e do acompanhamento de seus pronunciamentos públicos, esta seção aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha.

1.1 | Pontos de destaque:

Diversos temas relevantes para a Educação Básica foram apontados na campanha de Eduardo Leite seja no plano de governo, nas redes sociais ou em pronunciamentos públicos. Dentre eles, destacam-se:

- A.** O plano de governo aponta que a gestão irá manter as bolsas para alunos do Ensino Médio (programa “Todo Jovem na Escola”), ampliar as estratégias de Busca Ativa Escolar, fortalecer as ações de recomposição da aprendizagem (programa “Aprende Mais”) e ampliar o programa que oferece duas refeições diárias para estudantes em regiões de maior vulnerabilidade (programa “Merenda Melhor”);
- B.** O plano de governo prevê o investimento em programas realizados em regime de colaboração com os municípios, dentre eles: o fortalecimento do “Primeira Infância Melhor”, o apoio aos municípios na expansão das vagas na Educação Infantil, o investimento na alfabetização das crianças e a realização de avaliações diagnósticas, tanto na rede estadual quanto municipal (“Avaliar é Tri!”);
- C.** O plano menciona a adoção de mecanismos de incentivo financeiro (premiação para escolas com melhores resultados de aprendizagem e ICMS-Educação) e a continuidade de programas de autonomia financeira para as escolas (“Agiliza RS”);
- D.** Publicações nas redes sociais indicam prioridade na valorização dos professores e o plano de governo indica oferta de formação continuada para os docentes, com pagamento de bolsa auxílio;
- E.** O plano de governo prevê a ampliação na oferta de escolas em tempo integral nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;

- F.** O plano cita a ampliação da oferta de cursos técnicos, de forma articulada com o Ensino Superior e o setor produtivo;
- G.** O plano de governo prevê a ampliação do programa que disponibiliza internet de alta qualidade para as escolas (“Conecta RS”).

1.2 | Pontos de atenção:

Alguns temas relevantes não receberam prioridade durante a campanha e, como será abordado na seção de contribuições, seria importante que fossem considerados em uma agenda educacional sistêmica para o Rio Grande do Sul:

- A.** Fortalecimento e modernização da gestão educacional do estado, com ênfase especial para o fortalecimento das Coordenadorias Regionais de Educação;
- B.** Políticas voltadas para o fortalecimento da gestão escolar, incluindo avanços em processos de seleção, alocação e desenvolvimento profissional dos gestores escolares;
- C.** A implementação do novo currículo de Ensino Médio, que exige mudanças relevantes nas escolas estaduais;
- D.** Ações para contribuir para uma Educação Inclusiva;
- E.** Ações para contribuir para uma Educação para as Relações Étnico-Raciais, para além da qualificação dos espaços escolares em escolas indígenas e quilombolas.

CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL

AÇÕES PARA MITIGAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Combate à evasão escolar, recomposição de aprendizagens, ações de acolhimento e saúde mental e melhoria da alimentação escolar

Combater os efeitos imediatos da pandemia na Educação será essencial para garantir o direito de aprendizagem a todos os estudantes. Destaca-se que:

1. Em 2021, o governo estadual instituiu o programa “Todo Jovem na Escola”, cujo objetivo é combater a evasão e o abandono escolar por meio do pagamento de bolsa-auxílio no valor de R\$ 150 mensais, pagos a estudantes do Ensino Médio em situação de vulnerabilidade social, que tenham frequência escolar mínima de 75% e que participem de avaliações e ações promovidas pela Secretaria Estadual da Educação. É importante **manter, acompanhar e fortalecer esse programa. Além disso, é fundamental investir em outras estratégias de combate à evasão**, tais como programas intersetoriais de busca ativa e o fortalecimento do monitoramento da frequência escolar.
2. A Seduc lançou, em 2021, o programa “Aprende Mais”, com o objetivo de recuperar e promover a aceleração da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática e aprofundar as competências socioemocionais dos estudantes da rede estadual. O programa é voltado para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e foi estruturado em seis eixos: (i) flexibilização curricular; (ii) avaliação diagnóstica (Avaliar é Tri); (iii) material didático; (iv) formação para os profissionais da Educação; (v) uso de tecnologias e (vi) acompanhamento pedagógico. **É essencial que se faça, junto à rede, um diagnóstico sobre o andamento do programa, buscando identificar pontos de melhoria. Nos próximos anos, será necessário seguir investindo em programas robustos de recomposição de aprendizagens.**
3. Desde 2017, o estado conta com o Programa de Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Proser), que realiza ações voltadas à promoção do bem-estar físico e mental dos servidores, incluindo os profissionais de Educação. Para além desse programa, é essencial **garantir investimentos em ações de acolhimento e saúde mental para os estudantes e os profissionais da Educação, sendo importante promover uma atuação intersetorial com outros serviços, assegurando que haja atendimento individualizado para casos mais graves.**

4. Em 2022, o governo estadual lançou o programa “Merenda Melhor”, elevando em 166% o valor investido pelo estado na alimentação de cada aluno da rede estadual. Além disso, o programa busca implantar um cardápio com ao menos duas refeições por turno nas escolas situadas em territórios de maior vulnerabilidade socioeconômica. **É fundamental que o estado siga ampliando e qualificando os investimentos na alimentação escolar dos estudantes**, inclusive estudando como apoiar as redes de ensino de municípios com menos recursos.

10 MEDIDAS ESTRUTURAIS DO EDUCAÇÃO JÁ

1) Governança - Fortalecimento da governança da Educação Básica no estado

Fortalecer a governança da Educação Básica é essencial para garantir que o estado e os municípios trabalhem juntos para avançar políticas públicas de Educação. Nesse sentido, ressalta-se que:

1. No Rio Grande do Sul, as redes municipais são as responsáveis por 100% das matrículas na creche, 99% na pré-escola, 65% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 53% nos Anos Finais e 1% no Ensino Médio. Considerando essa divisão nas matrículas, cabe ao governo estadual coordenar a política educacional no território e fornecer suporte e apoio aos municípios para melhoria da qualidade da oferta educacional. Seria importante, também, que o estado **avançasse na municipalização dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**, especialmente a partir da PEC 274 2019.

2. Atualmente, a colaboração entre estado e municípios no RS ainda apresenta espaços para melhorias. Existe uma grande oportunidade de fortalecer o regime de colaboração nos próximos anos, através da **implementação do programa Alfabetiza Tchê! e da implementação de uma Política Estadual Integrada para a Primeira Infância**, que abarque o PIM (temas abordados mais adiante).

2) Gestão dos sistemas educacionais - Modernização da gestão da secretaria de Educação

Fortalecer e modernizar a gestão educacional é fundamental para conseguir bons resultados educacionais. Algumas medidas importantes são:

1. Desde 2019, o Rio Grande do Sul conta com o programa “Qualifica RS”, gerido pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, cujo objetivo é selecionar lideranças das secretarias de estado, tendo como base a comprovação de competências técnicas. Os coordenadores regionais de Educação, por exemplo, foram selecionados por meio do programa. **É importante fortalecer essa iniciativa, garantindo a composição de uma equipe gestora altamente competente e qualificada na Seduc.**

2. **Fortalecer a gestão estratégica da secretaria**, garantindo um planejamento sistêmico para o

próximo mandato, com metas claras e um monitoramento contínuo das principais ações. O plano deve ser construído em constante diálogo com a rede, garantindo o engajamento de seus profissionais.

3. **Aprimorar a capacidade administrativa da Seduc**, criando processos e sistemas mais ágeis e eficientes (aprimoramentos na plataforma Escola RS é um bom exemplo de ação nessa frente).
4. **Fortalecer as 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs)**, garantindo que atuem de forma cada vez mais próxima no suporte às escolas e redes municipais.
5. Ampliar o diálogo com os profissionais da Educação da rede, assegurando **uma gestão democrática** baseada na cultura colaborativa e no compartilhamento de propósito.

3) **Financiamento - Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade**

Garantir mecanismos de financiamento mais distributivos é imprescindível para reduzir as desigualdades e fomentar a indução de qualidade. Sendo assim, algumas medidas importantes são:

1. O Rio Grande do Sul aprovou, em 2021, a Lei nº 15.766, que modificou os critérios de distribuição da cota-parte do ICMS aos municípios, definindo que 17% dos recursos serão repassados de acordo com a Participação no Rateio da Cota-Parte da Educação - PRE, indicador composto pelo Índice Municipal da Qualidade da Educação do RS - IMERS, pela população do município, pelo nível socioeconômico dos educandos e pelo número de matrículas no Ensino Fundamental da rede municipal. **É fundamental garantir a implementação da Lei**, que terá início em 2024.
2. No âmbito do programa “Avançar na Educação”, o estado criou o “Agiliza Educação”, que tem como principal característica o fomento à descentralização financeira, a partir da transferência de verbas para as escolas, conferindo rapidez aos processos e permitindo que as escolas tenham protagonismo na resolução de seus problemas. Prioritariamente, a verba deve ser investida em melhorias de infraestrutura física e pedagógica. É importante **promover a manutenção e a ampliação desse programa, garantindo mais flexibilidade e eficiência para as equipes de gestão escolar**. Além disso, essas transferências devem levar em conta critérios de equidade, **destinando mais recursos para as escolas que atendem estudantes mais vulneráveis**.
3. Também no âmbito do programa “Avançar na Educação”, o Rio Grande do Sul Implementou, em 2021, o programa “Escola Padrão”, que envolve investimentos para transformar escolas estaduais em escolas de referência. Na primeira fase do programa, foram escolhidas 56 escolas, de Ensino Fundamental e Médio, tomando como base o Índice de Infraestrutura das Escolas calculado pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE/SPGG). O conceito de referência envolve conectividade, salas de aula adaptadas para o uso de tecnologias, salas de leitura, reformas e melhoria da

infraestrutura, acessibilidade em todos os espaços, entre outras práticas. **É importante ampliar esse programa, incluindo mais escolas e mantendo o critério de priorização.**

4) Professores - Valorização e fortalecimento da profissão docente

Garantir professores motivados, bem-preparados e com boas condições de trabalho é fundamental para uma Educação de qualidade. Nesse sentido, alguns caminhos a serem considerados são:

1. Realizar um **amplo diagnóstico e planejamento do quadro de professores**. Caso seja necessário novas contratações, definir se serão feitas via concurso público (o último concurso no Rio Grande do Sul foi em 2013) ou por processo seletivo simplificado. Também se ressalta a importância de **qualificar os processos de seleção**, instituindo avaliação de competências relacionadas à prática pedagógica.
2. Em 2020, o Rio Grande do Sul aprovou o novo plano de carreira do magistério estadual (Lei nº 15.451), promovendo diversas mudanças em relação ao plano anterior, que era de 1974. Se bem implementado, ele tem o potencial de valorizar a carreira docente no estado e incentivar uma contínua melhoria da prática pedagógica dos professores. **No próximo mandato, a Seduc deveria priorizar a implementação do novo plano, em constante diálogo com os profissionais do magistério.**
3. **A implementação do novo plano de carreira requer contínuo esforço de valorização do magistério.** É também fundamental **garantir uma rotina e condições de trabalho adequadas, priorizando que os docentes tenham jornada completa em apenas uma escola** (30 a 40 horas semanais) e tempo extraclasse de qualidade para planejamento e outras atividades, como formação.
4. A formação continuada dos professores da rede estadual é conduzida pela Coordenação de Gestão da Aprendizagem (CGA), em parceria com as CREs. Além disso, alguns cursos a distância são oferecidos pelo “Portal Educação RS”. Em 2022, visando fortalecer a formação em serviço, a Seduc iniciou um processo seletivo para a contratação de professores formadores. Além disso, o programa “Avançar Educação” prevê a construção do Centro de Desenvolvimento dos Profissionais da Educação nos próximos anos, que pode cumprir um papel relevante no fortalecimento das políticas de formação continuada da rede estadual. Nesse sentido, é importante **continuar investindo na ampliação das políticas de formação continuada**, garantindo que as ações sejam alinhadas às políticas pedagógicas da rede e que sejam orientadas pelas necessidades individuais do professor e da escola.
5. Para apoiar avanços na formação inicial de professores no Ensino Superior, a secretaria de Educação poderia estruturar um **programa de estágio remunerado para os licenciandos atuarem nas escolas de Educação Básica** do estado de forma qualificada.

5) **Gestão escolar - Avanços na profissionalização e no apoio à gestão escolar**

Diretores e suas equipes gestoras qualificadas e apoiadas para atuarem como lideranças nas escolas são fundamentais para garantir a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, considera-se que:

1. No Rio Grande do Sul, a forma predominante de escolha dos diretores é a eleição pela comunidade escolar (cerca de 93% dos diretores das escolas da rede estadual são selecionados exclusivamente por meio de processo eleitoral, segundo o Censo Escolar de 2021). Os diretores eleitos devem, obrigatoriamente, participar de um curso de formação para gestão escolar oferecido pela Seduc. **É importante o governo estadual avaliar se o atual processo tem garantido a seleção dos profissionais mais qualificados** para a função de gestão das escolas. Alguns mecanismos de avaliação, como entrevistas por competência e apresentação de plano de gestão, têm sido utilizados com êxito em outras redes de ensino do país.
2. Em 2021, a Seduc, em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, criou um curso de especialização em gestão escolar. Todos os diretores recebem uma bolsa de incentivo de R\$ 800,00 para cursarem (os vice-diretores recebem de R\$500,00). É fundamental **garantir a continuidade e o fortalecimento de formações para a gestão escolar**, que também devem considerar as diferentes fases de desenvolvimento profissional em que os gestores escolares se encontram.
3. As equipes de gestão escolar necessitam receber **contínuo suporte da secretaria de Educação**. Isso passa por alguns temas já tratados, como o fortalecimento das CREs e os repasses de recursos financeiros direto para escolas. É importante, ainda, que seja constantemente **reavaliado o quadro de profissionais da gestão de cada escola**, garantindo número suficiente de profissionais com perfil adequado para as funções. A oferta de **ferramentas de gestão** (financeira, administrativa e pedagógica) é outra medida que precisa ser constantemente reforçada.

6) **Políticas Pedagógicas - Implementação dos currículos reelaborados à luz da BNCC**

Políticas pedagógicas coerentes são essenciais para apoiar o trabalho dos professores em sala de aula e impulsionar a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nessa temática, algumas medidas importantes são:

1. **Oferecer as devidas condições para que o Referencial Curricular Gaúcho seja implementado em sala de aula**, oferecendo materiais pedagógicos de qualidade e formação continuada específica para o trabalho com os currículos.

2. O estado possui o Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul (Saers). O Saers existe desde 2007, mas passou por diversas mudanças ao longo dos anos, tendo passado alguns períodos sem ser aplicado. Em 2022, um novo formato será aplicado, e estudantes do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º Ano do Ensino Médio das redes pública estadual e municipais irão realizar as provas. É importante garantir a continuidade desse sistema, para que se tenham resultados confiáveis sobre a situação da Educação no estado e que as análises possam ser feitas de acordo com sua série histórica. Além do Saers, a Seduc instituiu em 2021 a “Avaliar é Tri”, uma avaliação com caráter diagnóstico realizada por estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. É fundamental **garantir que essas avaliações sejam alinhadas aos currículos e que forneçam devolutivas pedagógicas** rápidas e de fácil compreensão, para que os professores possam fazer as intervenções pedagógicas com mais qualidade. Nesse sentido, a disponibilização da plataforma “Foco Escola” é um grande avanço, desde que haja **formações específicas para sua utilização por professores e gestores das escolas**.

7) Primeira infância - Educação Infantil de qualidade, articulada a um atendimento integral na primeira infância

É essencial o investimento em políticas voltadas para a primeira infância, garantindo que todas as crianças recebam cuidado integral. Algumas ações importantes são:

1. Em dezembro de 2021, o Rio Grande do Sul instituiu um comitê intersetorial para elaborar o Plano Estadual pela Primeira Infância do Rio Grande do Sul. O comitê é composto por lideranças de diferentes secretarias, entre as quais a Saúde, Educação, Cultura e Segurança Pública. É importante que o governo **apoie as discussões para avançar na implementação da política**, que deve ser intersetorial e integrar diferentes ações, incluindo o programa “Primeira Infância Melhor” (PIM). O PIM é realizado em regime de colaboração com os municípios e desenvolvido em caráter intersetorial e tem como objetivo promover o desenvolvimento integral na primeira infância, atendendo as famílias que possuem crianças de 0 a 6 anos. A efetivação das ações ocorre, sobretudo, por intermédio de visitas domiciliares e comunitárias.

2. Tendo em vista que o foco do PIM são as visitas domiciliares, seria importante que o estado garantisse apoio e suporte para que todos os municípios **gaúchos avancem tanto na expansão do atendimento, como também na melhoria da qualidade das Creches e Pré-Escolas**. Vale destacar que a Pré-Escola, etapa obrigatória no Brasil, ainda está longe de ser universalizada. Enquanto, no Brasil, 94,2% das crianças de 4 a 5 anos estão na escola, no Rio Grande do Sul esse número é de 90,5%.

8) Alfabetização - Políticas voltadas à alfabetização na idade certa

O trabalho colaborativo entre estados e municípios é fundamental para assegurar que toda criança brasileira esteja plenamente alfabetizada no início de sua trajetória escolar. Nesse cenário, destaca-se:

1. Em setembro de 2022 foi assinado o Decreto nº 56.674, que formalizou a criação do Programa Estadual de Apoio à Alfabetização, intitulado Alfabetiza Tchê!. Através do programa, o estado visa apoiar os 497 municípios gaúchos a garantir a alfabetização de todas as crianças na idade certa. A previsão é que o programa inicie em novembro de 2022, com a aplicação de avaliações diagnósticas para os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental de todas as escolas públicas do estado. A partir dos resultados, será feita a elaboração de materiais didáticos para direcionar professores a resolver as lacunas identificadas. Há previsão de que, em 2023, as escolas com melhores resultados recebam premiações em dinheiro e forneçam apoio pedagógico para as escolas com piores resultados, que também receberão incentivos financeiros. O programa, inspirado na experiência do Ceará, representa uma medida central para o avanço dos indicadores de alfabetização do estado. Nesse sentido, é **fundamental garantir a implementação de todos os eixos do Alfabetiza Tchê, sempre em diálogo contínuo com as redes e escolas municipais.**

9) Anos Finais - Construção de uma nova concepção de escola para os Anos Finais do Ensino Fundamental

A rede estadual do Rio Grande do Sul é responsável por 47% das matrículas de Anos Finais da rede pública do estado. É preciso promover esforços para desenhar uma nova proposta pedagógica para a etapa, em cooperação com os municípios. Algumas medidas importantes são:

1. No Rio Grande do Sul, a oferta do componente de Projeto de Vida está prevista na matriz curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede estadual (6º a 9º ano). Ademais, o estado possui o programa “Diálogos Socioemocionais”, que oferece formação para os professores sobre como apoiar o desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes. Para além dessas iniciativas, é importante **implementar ações e medidas que tornem a escola mais engajadora nos Anos Finais do Ensino Fundamental**, tais como: ofertar disciplinas eletivas, implementar programas de tutoria, incentivar o uso de metodologias ativas de aprendizagem e apoiar protagonismo do adolescente (mesmo em escolas de tempo parcial, essas estratégias são viáveis).

2. Para a implementação de uma nova concepção de escolas dos Anos Finais, é importante **priorizar a expansão das escolas em tempo integral**. Atualmente, apenas 2,4% das matrículas nessa etapa na rede pública do Rio Grande do Sul são em tempo integral. Entende-se a universalização do acesso às escolas em tempo integral nos Anos Finais como medida transformadora para a Educação do estado.

10) Ensino Médio - Reformulação na oferta do Ensino Médio

É imprescindível garantir uma reformulação no Ensino Médio, investindo em escolas que preparem os jovens para seu futuro enquanto cidadão e profissional. Nesse contexto, destaca-se:

1. No Rio Grande do Sul, a implementação do Novo Ensino Médio teve início em 2019, com 264 escolas-piloto. O novo currículo foi homologado em 2021 e vem sendo implementado em todas as escolas da rede estadual em 2022, sendo que os itinerários formativos serão implementados a partir de 2023. Neste primeiro ano de implementação, o currículo abarca a Formação Geral Básica e uma parte diversificada obrigatória, composta por Projeto de Vida, Mundo do Trabalho, Cultura e Tecnologias Digitais e Iniciação Científica. Em 2023, os itinerários formativos começarão a ser implementados, sendo que a escolha será feita com base em Trilhas de Aprofundamento. No total, foram definidas 28 trilhas de aprofundamento, as quais estão em fase de debate com os atores educacionais da rede. Nesse contexto, é importante **acompanhar e monitorar como está sendo a implementação desse novo currículo** (tanto da formação geral básica como dos itinerários formativos). **Apoiar as escolas** e garantir que as políticas pedagógicas (formação continuada, materiais didáticos e avaliação) estejam alinhadas a essa nova estrutura curricular também é fundamental. Por fim, é central manter um diálogo constante com a comunidade escolar para entender como ela tem avaliado a implementação e quais pontos podem ser ajustados.

2. De acordo com dados do Censo Escolar, 37,5% das matrículas do Ensino Médio no Rio Grande do Sul são na Educação Profissional e Tecnológica, índice superior à média nacional de 23,8%. Este número pode ser ainda maior com a implementação do itinerário de Educação Profissional e Tecnológica no âmbito do Novo Ensino Médio. Em um primeiro momento foram propostas quatro opções de cursos: Informática, Administração, Eletrotécnica e Agropecuária. A definição, no entanto, vem sendo debatida ao longo do ano letivo de 2022. É essencial **priorizar as definições sobre quais formações profissionais serão ofertadas** (tanto nas escolas regulares como nas que oferecem Ensino Médio em tempo integral integrado à Educação Profissional), garantindo que as demandas dos estudantes e das regiões sejam atendidas.

3. De 2020 para 2021, de acordo com dados do Censo Escolar, o Rio Grande do Sul expandiu o número de matrículas no Ensino Médio em escolas de tempo integral, mas ainda tem um percentual muito baixo de estudantes em escolas de jornadas de 7 ou mais horas diárias (menos de 5%). No Brasil, já são mais de 15%, chegando a quase 60% em alguns estados brasileiros. Sendo assim, é importante **priorizar e acelerar a expansão desse modelo, cuidando de sua implementação**. Essa medida é transformacional para garantir uma melhoria na qualidade das escolas e já abarca grande parte das mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio.

PAUTAS TRANSVERSAIS

1) Tecnologias na Educação

Investir em ações que viabilizem a utilização de tecnologias educacionais é essencial para garantir uma Educação conectada à realidade da sociedade. Ressalta-se que:

1. Em 2022, o governo do RS distribuiu cerca de 90.000 chromebooks para as escolas da rede estadual, tendo como objetivo a montagem de laboratórios tecnológicos nas escolas. Foram fornecidos, ainda, computadores para todos os professores da rede. O estado conta, também, com o programa “Conecta RS”, que tem como objetivo promover a conectividade das escolas da rede estadual. Para além dessas iniciativas, é importante **construir uma estratégia estadual de médio prazo para viabilizar uma adoção qualificada das tecnologias na Educação**. Isso deve envolver, além de questões de infraestrutura (conectividade e dispositivos), a implantação de recursos digitais e gerenciamento de dados e a formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão.

2) Educação Inclusiva

É fundamental garantir que crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso à Educação de qualidade em escolas comuns. Assim, é necessário ressaltar a importância de:

1. Adotar **medidas de busca ativa com ações intersetoriais** para os estudantes que estejam fora da escola, evitando a exclusão escolar para esse público. Além disso, é necessário garantir **condições de permanência**, com oferta adequada de salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio e professores do atendimento educacional especializado, acessibilidade nas escolas e formação de professores.

2. Ofertar **formação continuada** ampla, voltada tanto para os docentes de **atendimento educacional especializado como para demais professores e profissionais da Educação**.

3. Possibilitar que programas de **repasso descentralizado de recursos** prevejam aplicação dos

recursos voltadas para o investimento em inclusão, tais como obras para melhoria da acessibilidade, recursos tecnológicos, aquisição de materiais didáticos acessíveis, etc.

3) Educação Antirracista

As políticas educacionais do estado precisam avançar no sentido de terem de forma intencional uma abordagem antirracista e de promoção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer). Isso é uma condição essencial para a evolução da qualidade educacional com equidade. Dentro de um plano estadual para a Educação antirracista, insere-se, entre outras questões:

1. Garantir **representatividade nos cargos de liderança** da gestão.
2. **Continuar e fortalecer o Programa Educação Antirracista**, lançado pela atual gestão da Seduc, que objetiva implementar uma série de ações para promover a equidade racial e valorizar a história e a cultura afro-gaúcha na matriz curricular dos estudantes. Entre as ações, é fundamental desenvolver políticas pedagógicas que tratem o tema de forma qualificada e investir na formação dos profissionais da Educação do estado para trabalharem com a temática de forma intencional.

Saiba mais em:

www.todospelaeducacao.org.br